

# A estagnação como norma

Carlos Luque, Simão Silber, Francisco Luna e Roberto Zagher

*Valor*, 10.3.2021

## **País não deveria deitar no berço da apatia econômica**

As previsões de crescimento não são boas. Instituições nacionais e internacionais e o governo esperam que a renda per capita do brasileiro volte ao nível de 2013 somente no final dessa década. A taxa de crescimento esperada no médio e longo prazo é de 2%, a mesma dos países avançados. Logo, nunca poderemos alcançá-los.

O crescimento estagnado começou em 1980. Desde então, a renda per capita do brasileiro cresceu 1% ao ano, se distanciando cada ano mais dos países avançados. Ganhos em saúde, educação e nutrição coincidiram com o enfraquecimento dos alicerces do crescimento: desindustrialização, desemprego, informalização do mercado de trabalho e queda de mobilidade social.

Passamos a aceitar que crescer lentamente e ser um retardatário na economia global fazem parte de nosso destino

A década 1980 foi a “década perdida”. A seguir, a década 1990 lidou com a hiperinflação. Preços de commodities altos, fazer parte dos Brics e inflação controlada permitiram ilusões na década de 2000. O crescimento continuou modesto. Na década 2010 o PIB despencou; as ilusões desapareceram. A década 2020 não se anuncia promissora.

Entres outras influências, essa evolução reflete a complexidade do desenvolvimento e o papel do que a sociedade considera “normal”.

Nas primeiras décadas dos anos 1900, o país superou o imobilismo de séculos de uma economia baseada na atividade extrativa, escravidão, latifúndios improdutivos, injustiça, desigualdade e estagnação econômica. Criatividade em matéria de desenvolvimento e mobilização social e política, com o papel ativo do Estado, levantaram um país deitado no berço da apatia econômica, sacudiram instituições e ideias que o condenavam à estagnação secular. O resultado surpreendeu. A renda per capita do brasileiro dobrou entre 1900 e 1940 e quintuplicou entre 1940 e 1980. Essas décadas de marcha acelerada pareciam assegurar um destino em direção à uma nação moderna, menos pobreza, mais prosperidade e mais oportunidades para todos.

O período 1980-2020 trouxe a volta da estagnação pre-1900. Na China, uma taxa de crescimento menor do que 6% é considerada uma crise nacional. Na Índia ou na Indonésia, também. No Brasil, pouco a pouco passamos a aceitar que crescer lentamente e ser um retardatário na economia global fazem parte de nosso destino.

Por que nossas expectativas mudaram tanto? Os que viveram 1940-80, ou parte, como é o caso dos autores desse artigo, continuam achando que o crescimento acelerado é possível e não acreditam que o país deveria deitar no berço da apatia econômica. Para as gerações mais jovens o crescimento letárgico faz parte do que é normal e o crescimento acelerado faz parte das fantasias dos mais idosos. As gerações mais jovens também acham que o crescimento acelerado foi obtido através de excessos do setor público que, corrigidos, automaticamente trarão o crescimento. Uma visão tão mal informada quanto perigosa que vaporizará o legado das décadas do crescimento acelerado nas áreas de tecnologia, base industrial, urbanização, e melhoras nas condições de saúde e educação.

Uma evolução similar tem ocorrido nos EUA com respeito à distribuição de renda: o que era inaceitável algumas décadas atrás passou a ser considerado normal.

No começo do século passado os EUA tinham uma distribuição de renda bastante desigual. No final dos anos 1920 os 1% mais ricos detinham 24% do PIB. Nas décadas pré e pós-Segunda Guerra Mundial a distribuição de renda se tornou mais igualitária. A renda dos 1% mais ricos caiu a 10% do PIB em 1980. A incidência de pobreza diminuiu e a esperança de vida avançou de 54 anos no final dos anos 1920 a 70 anos em 1980.

A eleição de Ronald Reagan nos EUA em 1980 pôs fim a essas tendências. Iniciou o desmantelando das estruturas econômicas e programas sociais desenvolvidos nas décadas precedentes. Governos republicanos e democratas: 1- além de enfraquecer sindicatos, direitos trabalhistas e legislação antimonopólios, desregularam transportes, mercados financeiros, a produção e distribuição de energia, telecomunicações, e mídia; 2- privatizaram atividades, inclusive o desenvolvimento de infraestrutura e até prisões; 3- cortaram recursos e contraíram o alcance de políticas e programas redistributivos: sistemas de tributação progressivos, seguro desemprego, aposentadorias, e investimentos em educação, saneamento, habitações populares, nutrição e saúde.

Combinado com a globalização e o progresso tecnológico viesado contra o trabalho menos qualificado, os efeitos foram devastadores. Entre 1980 e 2019 a participação na renda americana dos 1% mais ricos voltou ao que era nos anos 1920, e a incidência da pobreza, que caíra 10 pontos percentuais entre 1960 e 1970, estagnou desde então. Fome e subnutrição pioraram. A esperança de vida do americano caiu relativamente à de outros países avançados.

Um grande número de estudos acadêmicos procurou entender os processos políticos e ideológicos que sustentaram essas reformas nos EUA. Foram complexos, com um papel ativo das elites econômicas e a redefinição do que a sociedade considera “normal”. Incluem a liberalização do financiamento privado das eleições, tornando os representantes políticos mais sensíveis às demandas de seus lobbies do que às demandas de seus eleitores, a formação de ideias conservadoras através do financiamento de “think-tanks”, posições acadêmicas nas universidades, artigos de opinião na imprensa e o controle da imprensa uma vez eliminadas as restrições sobre a consolidação de grupos de mídia.

A formação desse substrato ideológico normalizou e legitimou reformas, instituições e políticas econômicas inaceitáveis algumas décadas atrás. Tamanha foi a força da ideologia que os EUA viram sua infraestrutura depreciar e se tornar uma das piores do mundo desenvolvido sem reverter a oposição ao investimento público em infraestrutura.

No Brasil também, a estagnação é o resultado de políticas econômicas e uma visão na qual a estagnação é considerada normal. Não surpreende que em 2018, de acordo com o IBGE, o país tivesse 52,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 420, um quarto da população e 13,5 milhões com renda mensal inferior a R\$ 145, que o IBGE classifica como “miseráveis”. Renda baixa faz com que 50% da população fique com apenas 10% do PIB. No outro extremo, os 10% mais afluentes da sociedade obtém quase 60% do PIB fazendo do Brasil o país mais desigual do mundo depois da África do Sul.

O país pôs de lado suas ambições e aceitou o inaceitável. Não há razão pela qual o Brasil deva se acomodar à continuação da miséria e da falta de perspectivas vindas da estagnação. A defesa de privilégios das camadas de renda alta da população em uma

sociedade patrimonialista desde o seu início, o empobrecimento de nossas ideias econômicas e o aceitar da estagnação como norma são três obstáculos evidentes.